



**ACÓRDÃO Nº1195/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11245/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Francivaldo Loureiro da Cruz (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Andre de Souza Oliveira – OAB/AM 5219.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3765/2022-MPC-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Ciência. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz**, na condição de Vereador-Presidente da Casa Legislativa e ordenador de despesa.
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz**, Ordenador de despesa exercício 2017, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo



**ACÓRDÃO Nº1195/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

(art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Dar ciência ao Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz** sobre a decisão desta Corte de Contas.

**10.4. Determinar à Origem que:**

**10.4.1.** Cumpra os prazos de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal.

**10.4.2.** Cumpra determinação quanto à obrigatoriedade de efetuar o depósito das disponibilidades de caixa em instituição financeira oficial.

**10.4.3.** Proceda ao registro da informação contábil dos dados referentes à Gestão Fiscal de forma correta e convergente (em obediência às características de comparabilidade, confiabilidade, fidedignidade e integridade) no E-Contas, Portal da Transparência e Prestação de Contas Anual.

**10.4.4.** Atente às formalidades prescritas na Lei de Licitação.

**10.4.5.** Observe no computo do total de gastos com pessoal as contratações de serviços que substitua mão de obra essencial às atividades da Câmara Municipal.

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 26 de julho de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

De        /        /       



Fls. N° \_\_\_\_\_

Pág. 3

## MLNQ/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM